

## SIMPÓSIO

### Restrição externa ao crescimento: evidências recentes no Brasil

Frederico G. Jayme Jr\*

Marco Flávio da Cunha Resende\*\*

**RESUMO** – Os frequentes desequilíbrios na balança comercial das economias em desenvolvimento decorrem da desigual geração e difusão de progresso técnico nestas economias em relação às economias desenvolvidas. Esse atraso se traduz em hiatos de tecnologias entre o bloco dos países desenvolvidos e as economias em desenvolvimento, criando, para estas últimas, problemas de competitividade *vis-à-vis* as economias desenvolvidas e limitando, assim, a capacidade de inserção dessas economias no cenário do comércio mundial. Dessa forma, mesmo eventuais reversões de déficits na Conta Corrente, com alívio da restrição externa, não necessariamente garantem maior capacidade de crescimento sustentado, pois decorrem de aumentos conjunturais na demanda internacional de produtos com menor teor tecnológico, como *commodities* e bens intensivos em recursos naturais e mão-de-obra não qualificada. Desta forma, a inserção internacional destas economias obedece a uma dinâmica típica das economias periféricas, que aumentam a capacidade de crescer em períodos de aumento da liquidez internacional e da demanda internacional por produtos de baixo teor tecnológico

Palavras-chave: Vulnerabilidade Externa. Crescimento Econômico. Tecnologia.

## 1 INTRODUÇÃO

A inversão no sinal da Conta Corrente do Balanço de Pagamentos em 2008 é a evidência mais clara de dois fenômenos importantes na economia Brasileira. O primeiro é que uma política monetária negligente quanto aos efeitos deletérios de longos períodos de sobrevalorização cambial gera custos incalculáveis no curto prazo para o equilíbrio externo das economias, principalmente porque seus efeitos sobre as indústrias exportadoras levam tempo para aparecer. A segunda é que o alívio da vulnerabilidade externa entre 2003 e 2007 é coisa do passado e o ajuste estrutural em Conta Corrente, capaz de superar a restrição externa, ainda está longe de ocorrer. Não há novidade nisto, mais especificamente, o rompimento da restrição externa depende de um conjunto de políticas que ataquem, não só os efeitos

---

\* Doutor pela New School for Social Research. Professor do Cedeplar-UFMG. Endereço eletrônico: [gonzaga@cedeplar.ufmg.br](mailto:gonzaga@cedeplar.ufmg.br).

\*\* Pós-Doutor pela UFMG. Professor do Cedeplar-UFMG. Endereço eletrônico: [resende@cedeplar.ufmg.br](mailto:resende@cedeplar.ufmg.br)

estruturais da sobrevalorização cambial sobre a indústria, mas também a especialização do comércio exterior de países como o Brasil. De fato, uma análise mais desagregada do comportamento da balança comercial brasileira nos últimos anos revela que não houve mudança em seu padrão de especialização. Desta forma, se a vulnerabilidade externa era a pauta das discussões de política econômica no imediato pós-Real, bem como após a crise cambial de 1999 e a histeria dos mercados em 2002, não há razão para supor que esta vulnerabilidade foi superada. Com efeito, o desempenho da Conta Corrente nos últimos quatro anos encontra no crescimento da demanda internacional por *commodities* e produtos com baixo teor tecnológico seu principal responsável.

Há uma vasta literatura acerca da restrição externa ao crescimento econômico. Estudos pioneiros de Prebisch (2000a; 2000b) apontam para as diferenças nas elasticidades-renda da demanda de exportações e de importações como elemento relevante para explicar a restrição de balanço de pagamentos ao crescimento das economias em desenvolvimento. Do mesmo modo, a teoria de crescimento de Kaldor (1994) observa que os diferenciais das taxas de crescimento entre economias resultam das diferenças nas suas elasticidades-renda de importação e de exportação. McCombie e Thirlwall (1994) destacam o papel das exportações como componente autônomo da demanda externa e, por sua vez, central para um crescimento de longo prazo livre de contrangimentos externos.

O argumento de Prebisch repousa na inserção internacional da economia agrária no âmbito da relação Centro x Periferia. A diferente inserção entre a economia agrária e a economia industrial se expressa em diferenças nas elasticidades de comércio destas economias, o que provoca graus distintos de restrição externa ao crescimento das economias periférica e central. Autores de cunho Kaldoriano, por sua vez, apenas se reportam a Prebisch para explicar o porquê das elasticidades diferirem entre produtos e entre países. Contudo, diversos trabalhos empíricos sugerem que as economias em desenvolvimento, mesmo após terem sido industrializadas, continuam padecendo da restrição externa ao seu crescimento. A questão que permanece, portanto, é a razão que explica os diferenciais de elasticidades-renda de comércio entre economias industrializadas.

Para Fajnzylber (1983, 2000) uma economia, após sua industrialização, não supera a vulnerabilidade externa característica da economia agrária, como também não supera o elevado grau de restrição externa ao seu crescimento, se sua industrialização é desprovida de um “núcleo endógeno de dinamização do progresso tecnológico”. Para esse autor o progresso tecnológico é a chave para os ganhos de competitividade de uma economia e, como

conseqüência, para o relaxamento da restrição externa ao seu crescimento. Este trabalho parte do argumento de que a vulnerabilidade externa, mesmo que eventualmente relaxada através de superávits eventuais em Conta Corrente ou momentos de maior liquidez internacional, só é superada se os países sujeitos a problemas crônicos de restrição externa sejam capazes de gerar um núcleo endógeno de progresso técnico. Semelhante argumento teórico pode ser analisado do ponto de vista neo schumpeteriano da importância de um Sistema Nacional de Inovações (SI) maduro.<sup>1</sup>

## 2 EVOLUÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS BRASILEIRO

O Balanço de pagamentos no Brasil conheceu, entre 2003 e 2007, sucessivos superávits em Conta Corrente, revertendo um longo período de déficits nesta conta (Tabela 1). Não obstante a melhoria desse indicador, bem como dos indicadores macroeconômicos em geral, tais como inflação, relação dívida líquida/PIB, superávit primário e estoque de reservas internacionais, a economia brasileira não rompeu o problema estrutural de restrição do balanço de pagamentos. Isto porque o alívio de curto prazo da restrição externa só possibilita o crescimento de longo prazo com equilíbrio no balanço de pagamentos se a estratégia de crescimento baseado na demanda lograr êxito em garantir o *catch up* tecnológico.

TABELA 1 – BALANÇO DE PAGAMENTOS BRASILEIRO - 1998-2007

Anos	Exportação de bens (FOB)	Importação de bens (FOB)	Balança comercial (FOB)	Serviços e Rendas	Saldo em conta corrente	Conta Financeira e de Capitais	US\$ milhões
							Reservas internacionais (liquidez internacional)
1998	51.140	-57.714	-6.575	-28.299	-33.416	29.702	44.556
1999	48.011	-49.210	-1.199	-25.825	-25.335	17.319	36.342
2001	58.223	-55.572	2.650	-27.503	-23.215	27.052	35.866
2002	60.362	-47.240	13.121	-23.148	-7.637	8.004	37.823
2003	73.084	-48.290	24.794	-23.483	4.177	5.111	49.296
2004	96.475	-62.835	33.641	-25.198	11.679	-7.523	52.935
2005	118.308	-73.606	44.703	-34.276	13.985	-9.464	53.799
2006	137.470	-91.396	46.074	-36.852	13.528	17.277	85.839
2007	160.651	-120.612	40.040	-40.571	3.555	81.592	180.334*

FONTE: BACEN (Posição em 31/12/2007)

De fato, o conteúdo tecnológico dos produtos importados e exportados exerce papel central na viabilização do crescimento dos países no longo prazo. Enquanto a literatura keynesiana enfatiza a importância do aumento das elasticidades-renda das exportações e a

<sup>1</sup> Para uma discussão teoricamente mais articulada do relação entre o Sistema Nacional de Inovações e a restrição externa para o Brasil, confira trabalho dos autores, do qual este artigo é uma adaptação, a sair em livro do IPEA sobre Crescimento e Produto Potencial, organizado por João Sicsú e José Ronaldo Souza Jr. Jayme Jr e Resende (2008).

queda nas elasticidades-renda das importações como forma de superar a restrição do balanço de pagamentos, a literatura neo-schumpeteriana destaca a importância da tecnologia para o crescimento sustentado dessas economias. Se do ponto de vista macroeconômico são os superávits comerciais que contam para o crescimento sustentado no longo prazo, do ponto de vista microeconômico é a intensidade tecnológica dos produtos comercializados que sustenta o resultado comercial positivo ao longo do tempo.

Coutinho, Hiratuka e Sabbatini (2003) corroboram a hipótese de que o Brasil é especializado na exportação de produtos de baixa intensidade tecnológica. Nesse contexto, a diversificação da pauta exportadora em direção a segmentos mais sofisticados tecnologicamente e mais diferenciados mercadologicamente é condição fundamental para a ocupação de espaços mais dinâmicos pelo Brasil no comércio internacional, e isto depende da criação e generalização de um SI maduro. De fato, enquanto as importações passaram por uma crescente sofisticação de sua pauta nos anos 1990 e 2000, as exportações não acompanharam esse processo na mesma intensidade. Como resultado, a balança comercial dos produtos de média e alta intensidade tecnológica concentrou grandes déficits. A avaliação empírica por diferentes pontos de vista acaba por corroborar o argumento teórico até aqui levantado de que o padrão de especialização do comércio exterior no Brasil reflete a baixa competitividade e a dificuldade em superar a restrição externa ao crescimento.

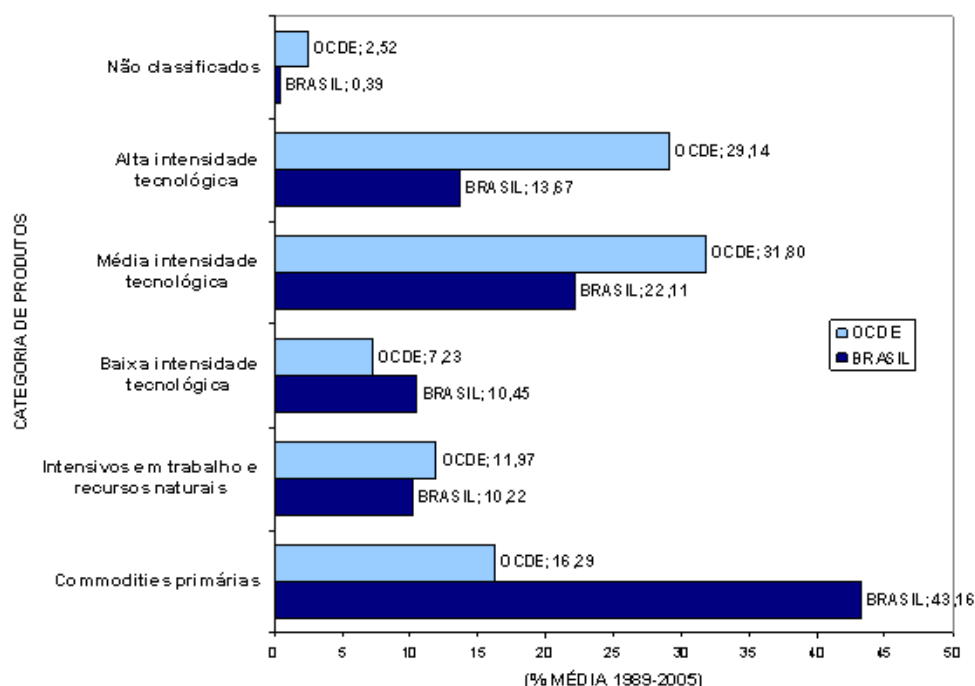
Ao analisar a pauta comercial brasileira, comparativamente aos países da OCDE, a partir de sua desagregação por conteúdo tecnológico, é possível avaliar como este fenômeno se manifesta.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Os dados foram extraídos do banco de dados eletrônico da *United Nations Common Database* (UNCDB). Com exceção dos itens para serviços ou bens *non-tradeable*, cada produto comercializado está associado a um código da *Standard International Trade Classification* (SITC), revisão 2, a três dígitos. Segundo UNCTAD (1996, 2002) agregam-se códigos da SITC em categorias distintas de produtos de acordo com suas características de escala, tecnologia e intensidade de capital. Assim, os produtos foram divididos em seis categorias distintas, quais sejam: (A) *commodities* primárias, (B) produtos intensivos em mão-de-obra e recursos naturais, (C) produtos de baixa, (D) média e (E) alta intensidade tecnológica e, finalmente, (F) produtos não-classificados. A primeira categoria compreende as *commodities* primárias e os alimentos processados. A segunda categoria abrange produtos de tecnologias tipicamente manuais, como os têxteis, vestuários e calçados. Os produtos dessa categoria não são intensivos em capital e nem exigem uma mão-de-obra qualificada em seu processo de fabricação. A categoria dos produtos de baixa intensidade tecnológica compreende itens de ferro e aço, produtos de metal e suas obras. Os produtos de média intensidade tecnológica abrangem equipamentos mecânicos, automóveis e máquinas elétricas. A categoria dos produtos de alta intensidade tecnológica considera os setores que, em geral, demandam uma mão-de-obra mais qualificada e requerem alta intensidade de tecnologia, escala e capital. Como exemplos têm-se os produtos eletrônicos, de informática, farmacêuticos, química fina, aviões, computadores, equipamentos de escritório, de comunicação, semicondutores, instrumentos científicos, relógios e equipamentos fotográficos. Por fim, a categoria dos produtos não-classificados compreende os demais produtos que não foram incluídos em nenhuma das outras cinco categorias. Os dados obtidos podem ser encontrados em (<http://unstats.un.org/unsd>

O gráfico 1 apresenta a participação média, em percentual, de cada categoria de produto nas exportações totais anuais brasileiras de 1989 até 2005, bem como dos países da OCDE no mesmo período. É possível observar que o Brasil ainda está bastante afastado do padrão de comércio dos países desenvolvidos (OCDE) devido à concentração da sua pauta de exportações em commodities primárias. Enquanto as commodities primárias ocupam, em média, 43% da pauta de exportações no período, esse mesmo grupo ocupa somente 16% da pauta de exportações nos países membros da OCDE na média 1989-2005.

GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE PRODUTO (% DO TOTAL) - 1989-2005



FONTE: UNCTAD (Posição em 27/12/2007)

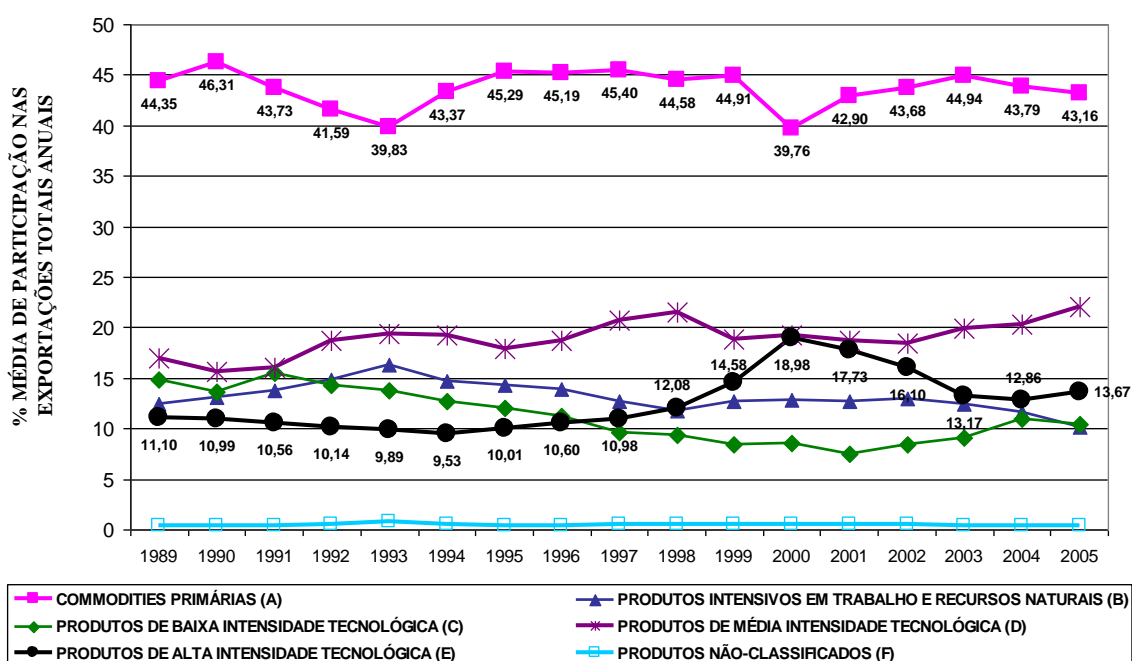
De maneira análoga, os produtos de alta intensidade tecnológica ocupam, em média, quase 30% das exportações totais desse grupo de países contra somente 13% nas exportações totais do Brasil. Observa-se, ainda, que na OCDE mais de 60% de suas exportações se concentram em produtos de alta e média intensidade tecnológica, ao passo que no Brasil respondem por somente 35% do total. Mais ainda, no Brasil, se tomarmos as duas categorias que contêm produtos de baixo teor tecnológico, ou seja, a categoria dos produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e a categoria dos produtos de baixa tecnologia, em conjunto

[/cdb/cdb\\_help/cdb\\_quick\\_start.asp](#)). Uma discussão mais acurada de sua metodologia encontra-se no já citado trabalho de Jayme Jr e Resende (2008).

com a categoria de commodities primárias, observa-se que a participação dessas três categorias nas exportações totais ultrapassa 63%.

O gráfico 2 demonstra que a evolução da participação das commodities primárias, assim como os produtos de alta e média intensidade tecnológica no total das exportações do Brasil, não se alteraram significativamente de 1989 a 2005. À exceção das commodities primárias, os produtos de alta intensidade tecnológica, embora tenham alcançado um pico em 2000, não ultrapassaram a faixa de participação de 20% em relação às exportações totais. A mudança no sinal da Balança Comercial em 2001 e nas Transações Correntes no em 2003 não ocorreu a partir de uma diversificação da pauta de exportação, tampouco do aumento no conteúdo tecnológico de seus produtos exportados. Ao contrário, esse resultado está principalmente relacionado ao aumento da comercialização de commodities primárias no mercado mundial, revelando o não rompimento da restrição externa estrutural ao crescimento de longo prazo. A liberalização comercial dos anos 1990 não foi capaz de modificar seu padrão de especialização em produtos de baixo teor tecnológico. Neste caso, a restrição externa não é rompida e o crescimento de longo prazo livre de constrangimentos no balanço de pagamentos não se beneficia de investimentos em setores dinâmicos no comércio internacional.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE PRODUTO (%) - 1989-2005

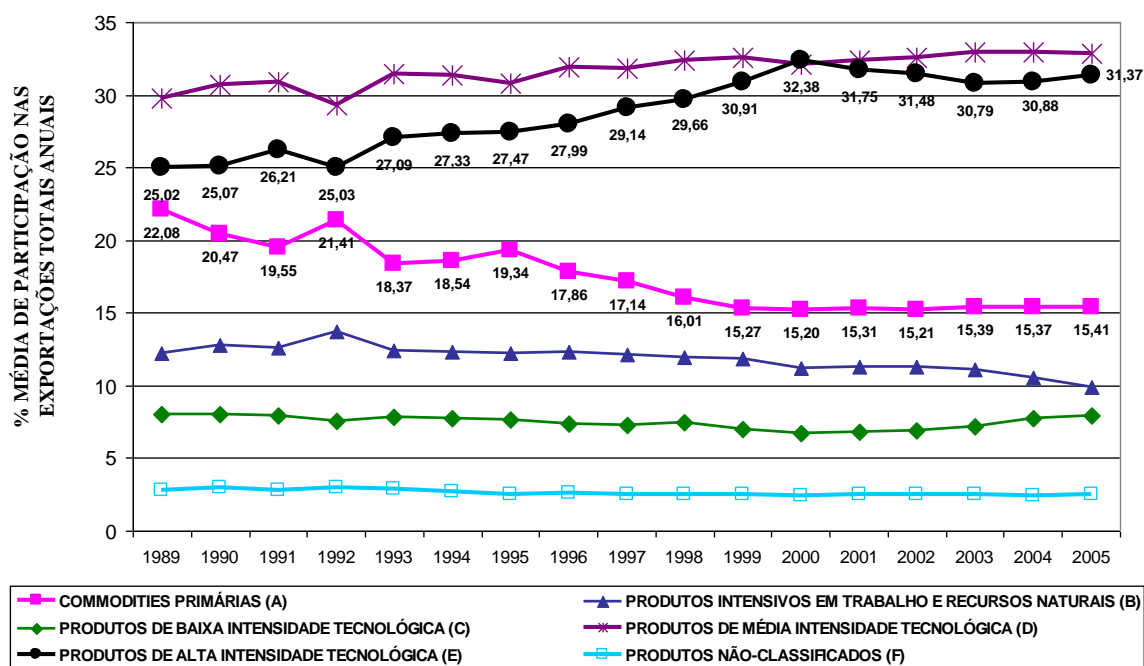


FONTE: UNCTAD (POSIÇÃO EM 27/12/2007).

Fenômeno exatamente oposto ocorre com os países da OCDE, onde os produtos de média e alta intensidade tecnológica detêm uma maior participação nas exportações desses países, conforme se observa no gráfico 3. Enquanto nesse último grupo de países o aumento relativo da participação dos produtos de alta e média intensidade tecnológica foi crescente desde 1989 observa-se, por outro lado, que o conteúdo tecnológico da pauta de exportações brasileiras não sofreu alteração significativa no mesmo período.

Com efeito, o Brasil ainda não apresenta uma inserção internacional competitiva nas categorias de alta e média intensidade tecnológica. Conforme o argumento teórico aqui salientado, uma maior inserção em produtos com maior intensidade tecnológica é o que pode vir a garantir a possibilidade de crescimento de longo prazo não constrangido pelo balanço de pagamentos. Vale dizer, na incapacidade de fazer o *catching up*, países como o Brasil - com um padrão de especialização no comércio exterior essencialmente voltado para commodities primárias, bens de baixa intensidade tecnológica e bens intensivos em recursos naturais e mão-de-obra - dependem, em última instância, de condições favoráveis na demanda externa para manter um crescimento sustentado livre de crises externas. Este parece ser o que ocorreu após 2003: o desempenho comercial favorável se deu em produtos com baixo dinamismo no mercado internacional e dependente da demanda externa para produtos de baixo conteúdo tecnológico.

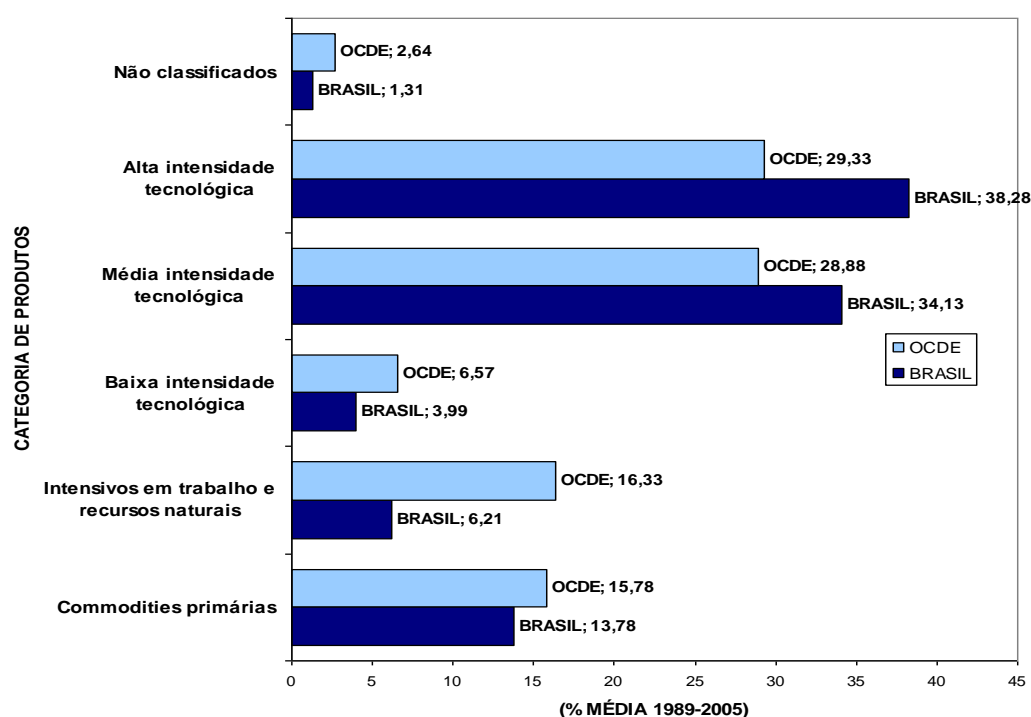
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA OCDE POR CATEGORIA DE PRODUTO (%)- 1989-2005



FONTE: UNCTAD (POSIÇÃO EM 27/12/2007).

Em relação às importações, o gráfico 4 apresenta a participação média, em percentual, de cada categoria de produto nas importações totais anuais brasileiras, bem como dos países da OCDE. Enquanto no Brasil há especialização das exportações em *commodities* primárias e produtos de baixa intensidade tecnológica, mais de 70% das importações no período foram de bens de alta e média intensidades tecnológicas, produtos de maior dinamismo no mercado internacional, sugerindo uma assimetria competitiva entre o Brasil e os países desenvolvidos. Isto corrobora o argumento aqui apresentado das diferenças das elasticidades-renda das exportações e importações como definidores do crescimento restringido pelo balanço de pagamentos.

GRÁFICO 4 – IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE PRODUTO (% DO TOTAL) - 1989-2005



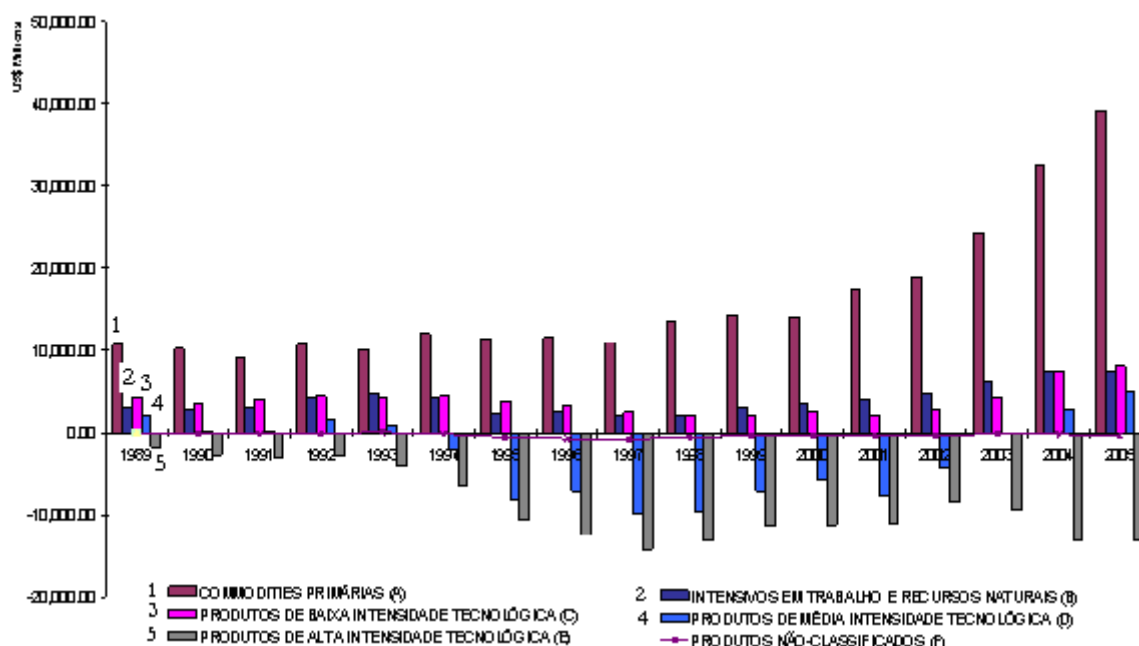
FONTE: UNCTAD

Fenômeno semelhante ocorre com as importações, respaldado pelos gráficos 5 e 6, que mostram o saldo comercial por categoria tecnológica de produto do Brasil e dos países membros da OCDE. Pelo gráfico 5 observa-se que o déficit do Brasil em produtos de elevado conteúdo tecnológico tem sido crescente desde 1989, ao passo que as *commodities* primárias apresentam superávit, bem como os produtos intensivos em recursos naturais. Uma observação importante, contudo, é que os produtos de média intensidade tecnológica deixaram de ser deficitários em 2003, mas representando ainda uma pequena parcela do total do saldo. Por outro lado, conforme mostrado pelo gráfico 6, o saldo comercial por categoria



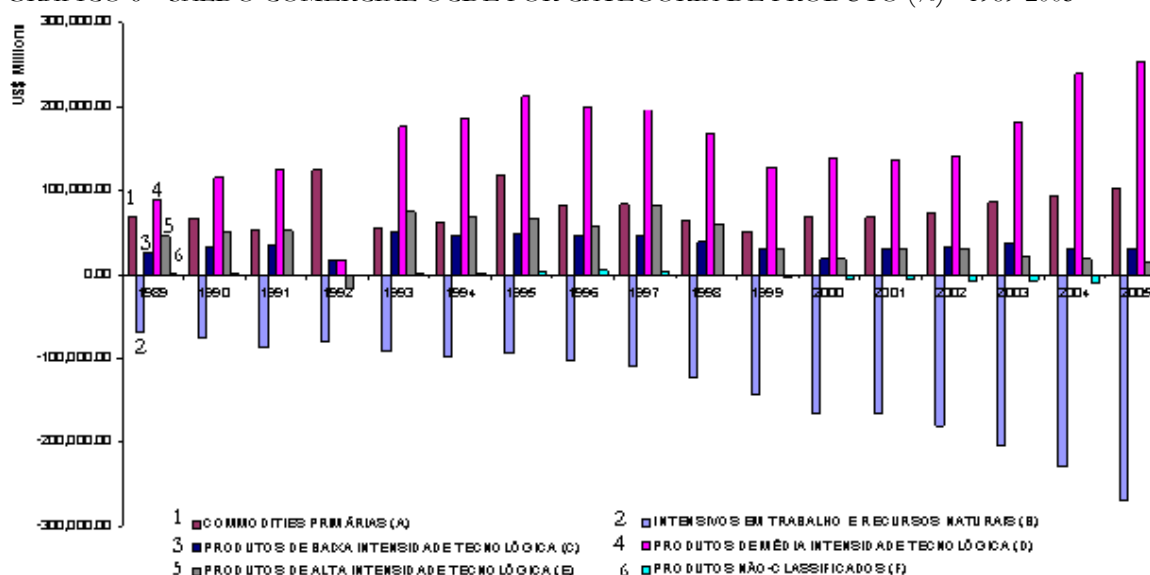
tecnológica de produto dos países membros da OCDE é superavitário em quase todos os tipos de produtos, com exceção somente dos intensivos em trabalho e recursos naturais. Em virtude disso, o saldo comercial por categoria tecnológica de produto é superavitário tanto para as *commodities* primárias quanto para os produtos de elevado teor tecnológico.

GRÁFICO 5 – SALDO COMERCIAL DO BRASIL POR CATEGORIA DE PRODUTO (%) - 1989-2005



FONTE: UNCTAD.

GRÁFICO 6 – SALDO COMERCIAL OCDE POR CATEGORIA DE PRODUTO (%) - 1989-2005



FONTE: UNCTAD.

Percebe-se, portanto, que os superávits comerciais brasileiros registrados desde 2001 têm sido mantidos, principalmente, pelo desempenho positivo da exportação das commodities primárias no mercado mundial. Assim, é possível destacar três desvantagens decorrentes dessa especialização das exportações brasileiras. Em primeiro lugar, o mercado internacional de commodities é menos dinâmico do que o de produtos tecnologicamente mais sofisticados. Em segundo lugar, as commodities estão sujeitas a maiores variações de preços que os produtos de maior conteúdo tecnológico pelo fato dos seus produtores serem essencialmente tomadores de preços. Por fim, as commodities primárias são mais vulneráveis a práticas protecionistas, especialmente em países desenvolvidos como os Estados Unidos e os países europeus. Deste modo, não obstante o desempenho comercial positivo do Brasil desde 2001, seu setor externo ainda permanece suscetível às oscilações da economia mundial.

Conforme Resende e Torres (2007), a participação de um país na produção mundial per capita de patentes é *proxy* para o grau de desenvolvimento relativo de seu SI. Estes autores, demonstraram que para uma amostra de 23 países, o coeficiente de correlação entre a produção mundial per capita de patentes e a participação de cada país na exportação mundial de bens com alta intensidade tecnológica é de mais de 0,93 entre 1980 e 2000.<sup>3</sup> No caso do saldo em conta corrente e a participação dos países na produção mundial per capita de patentes a correlação, entre 1970 a 2005 é de 0,74.<sup>4</sup>

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Autores Cepalinos e Kaldorianos convergem para a mesma explicação sobre as diferenças nas taxas de crescimento econômico entre países. Estas diferenças seriam decorrentes de graus diferenciados de restrição externa ao crescimento das economias. O grau da restrição externa ao crescimento de uma economia, por sua vez, dependeria de suas elasticidades-renda de importação e de exportação.

Contudo, as explicações de Prebisch (2000a; 2000b) para as diferenças das elasticidades de comércio entre países não são adequadas quando os países em análise são

---

<sup>3</sup> Os países são: Alemanha, França, Itália, Japão, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, México, Peru, Uruguai, Venezuela, Malásia, Tailândia, Índia, Indonésia, Filipinas e África do Sul.

<sup>4</sup> Arbix, Salerno e De Negri (2004) investigaram a influência da internacionalização com foco na inovação tecnológica sobre o comércio exterior das firmas brasileiras. Os resultados encontrados corroboraram a hipótese de que a absorção de inovações tecnológicas é importante para a inserção competitiva do Brasil no mercado mundial.

todos eles industrializados. Ademais, sua tese de deterioração dos termos de troca não é consensual na literatura. Os argumentos de autores Kaldorianos, tais como McCombie e Thirlwall (1994), também são insuficientes, visto que apenas se reportam a Prebisch para explicar porque as citadas elasticidades são diferentes entre produtos e entre países.

Para Fajnzylber (1983; 2000) a industrialização de uma economia, quando acompanhada da constituição de um “núcleo endógeno de produção de tecnologia”, afetaria a competitividade e o desempenho do saldo comercial desta economia, implicando o relaxamento da restrição externa ao seu crescimento. Isto só seria possível, então, se a constituição desse “núcleo endógeno de produção de tecnologia” modificasse as elasticidades-renda de comércio desta economia. Entretanto, Fajnzylber não analisa este ponto, isto é, o autor não explica de que maneira o progresso tecnológico afeta as elasticidades-renda de importação e de exportação de uma economia. Jayme Jr e Resende (2008) buscam preencher esta lacuna do ponto de vista teórico.

Os autores construíram os nexos causais entre o desenvolvimento do Sistema Nacional de Inovações, mudanças nas elasticidades-renda de comércio, competitividade e vulnerabilidade externa, de uma economia. Para isso, elaborou-se, inicialmente, o conceito de competitividade de uma economia e sua medida. Em seguida as correlações entre desenvolvimento relativo do sistema nacional de inovações, elasticidades-renda de comércio, competitividade e vulnerabilidade externa de uma economia foram teoricamente demonstradas. Por fim, os argumentos teóricos foram respaldados empiricamente a partir da construção de diversos indicadores. Constatou-se que países da OCDE, onde o sistema nacional de inovações é mais desenvolvido, dominam o comércio mundial e apresentam saldos externos estruturalmente superavitários. O oposto é observado no Brasil, onde o sistema nacional de inovações é menos desenvolvido.

As evidências empíricas apresentadas neste trabalho sugerem que a economia brasileira apresenta atualmente baixo desenvolvimento de seu SI, baixa competitividade e elevada vulnerabilidade externa em relação às economias da OCDE. Neste caso, embora no curto prazo possam prevalecer no Brasil elevadas taxas de crescimento e superávits comerciais, associadas ao *boom* atual do comércio internacional, especialmente no segmento de commodities, o crescimento da economia brasileira continua sendo restringido no longo prazo pelo seu setor externo. Nesse sentido, reafirma-se a importância de se estimular o desenvolvimento do sistema nacional de inovações na economia brasileira como forma de relaxar a restrição externa ao seu crescimento. No caso brasileiro, a restrição externa tem sido

ainda agravada por uma política econômica que referenda o padrão de especialização do comércio exterior brasileiro, particularmente nos efeitos da política monetária sobre a valorização cambial. De fato, longos períodos de sobrevalorização da moeda, sem medidas compensatórias para setores intensivos em tecnologia e P&D, tendem a consolidar uma estrutura de comércio exterior baseada em setores pouco dinâmicos e intensivos em mão-de-obra e recursos naturais. A fragilidade desta estrutura se manifesta na restrição externa ao crescimento.

## REFERÊNCIAS

- ARBIX, G.; SALERNO, M.; NEGRI, J. **Inovação, via internacionalização, faz bem para as exportações brasileiras**. Brasília: IPEA, 2004. (Texto para Discussão, 1023).
- BACEN. Endereço Eletrônico: <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>. Acesso em 31/12/2007.
- COUTINHO, L.; HIRATUKA, C.; SABBATINI, R. **O desafio da construção de uma inserção externa dinamizadora**. Texto produzido para o Seminário Brasil em Desenvolvimento, set., 2003. Disponível em: [www.ie.ufrj.br/desenvolvimento/papers.php](http://www.ie.ufrj.br/desenvolvimento/papers.php). Último acesso em 30 de dezembro de 2007.
- FAJNZYLBER, R.F. **La Industrializacion Trunca de América Latina**, México, Nueva Imagem, 1983.
- FAJNZYLBER, R.F. **Da Caixa preta ao Conjunto Vazio**. In Bielschowsky, R. (org). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Record, 2000.
- JAYME JR, F.G. E RESENDE, M.C. **Crescimento Econômico e Restrição Externa: Teoria e a Experiência Brasileira**. 2008, mimeo.
- KALDOR, N. **Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom**. In: KING, J. E. *Economic Growth in Theory and Practice: a Kaldorian Perspective*. Cambridge: Edward Elgar, p. 279-318, 1994.
- MCCOMBIE, J.S.L. & THIRLWALL, A.P. **Economic Growth and the Balance-of-Payments Constraints**. New York, ST. Martin's Press, 1994.
- NELSON, R. **The Sources of Economic Growth**. Harvard University Press, Cambridge: Massachussets, 1996.
- PREBISCH, R. **O desenvolvimento da economia da América Latina e alguns de seus problemas principais**. In Bielschowsky, R. (org) Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Record, 2000a.
- PREBISCH, R. **Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico**. In Bielschowsky, R. (org) Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Record, 2000b.
- RESENDE, M.F.C. & TORRES, D.A.R. **National Innovation System, Competitiveness and Economic Growth**. Unpublished manuscript, 2007.

---

THIRLWALL, A. P. 1979. **The Balance of Payments Constraint as an Explanation of International Growth Rate Differences**. Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review, n° 128, March.

UNCTAD. **Trade and Development Report**. Geneve: United Nations Conference for Trade and Development, 2002.

UNCDB. Endereço Eletrônico: [http://unstats.un.org/unsd/cdb/cdb\\_help/cdb\\_quick\\_start.asp](http://unstats.un.org/unsd/cdb/cdb_help/cdb_quick_start.asp). Acesso 27/12/2007.

